

## **QUE MULTIFUNCIONALIDADE?**

### **Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem.**

**Rosário Oliveira\*, Alexandre Cancela d'Abreu\*\* e José Carlos Santos\*\*\***

Universidade de Évora  
DPBP, Colégio Luis Verney  
7000 - 674 Évora  
e-mail\*: mrgo@uevora.pt  
e-mail\*\*: adabreu@uevora.pt  
email:\*\*\*zecasantos@sapo.pt

**Palavras-chave:** Multifuncionalidade da paisagem, ordenamento e gestão da paisagem, paisagem de Óbidos.

**Resumo** *A multifuncionalidade surge recentemente como paradigma das políticas agrícolas. Para além da função de produção, realçam-se agora outras funções desde sempre presentes nos espaços rurais como é o caso da regulação ambiental, valorização de habitat, de informação ou de suporte de estruturas. Neste contexto admite-se que faça sentido não considerar apenas a multifuncionalidade da agricultura, mas também de outras actividades ou de outros recursos e valores existentes num dado contexto, o que consideramos ser a paisagem. Tem sido vasta a literatura produzida recentemente neste âmbito. Contudo, são ainda escassos os exemplos em que os conceitos tenham sido aplicados a uma realidade concreta, a partir da qual possa ser feita uma reflexão sobre as virtudes e limitações da multifuncionalidade da paisagem como orientação para o seu ordenamento e gestão.*

*No âmbito do estudo da paisagem do concelho de Óbidos, a multifuncionalidade constituiu um dos parâmetros de análise com vista à definição de tais orientações. Partindo de 5 funções principais, subdivididas em 16 funções secundárias, a multifuncionalidade da paisagem foi analisada ao nível da situação actual e da situação potencial deste concelho.*

*Tal análise, para além de ter possibilitado comparar, em termos relativos, as múltiplas funções desempenhadas em cada unidade de paisagem, revelou-se também muito útil na identificação de um conjunto de orientações para a gestão, através das quais a paisagem actual do concelho de Óbidos possa ser qualificada em termos de multifuncionalidade, no sentido de um melhor desempenho ambiental, social, económico e cultural.*

*Para além de uma síntese dos conceitos que foram considerados nesta abordagem, são os seus principais resultados que se pretendem apresentar nesta comunicação.*

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo da História a agricultura tem sido a grande responsável pela construção e transformação da paisagem e um motor para o desenvolvimento rural. Contudo, numa grande parte das áreas rurais, o seu papel é actualmente muito discutido, uma vez que as circunstâncias de mercado e o contexto social e económico, conduzem a uma tendência para a diminuição da sua função produtiva. Por outro lado, a sociedade reconhece agora e, de certa forma, exige que outras funções possam ser desempenhadas pela agricultura, nomeadamente através da prestação de serviços ambientais que assegurem a gestão da água, o controle de nutrientes, a coesão social e a “produção” de paisagens com interesse turístico e recreativo (De Groot, 2006; Brandt, Vejre, 2004).

A relevância destas funções num quadro de sustentabilidade pode criar oportunidades sociais e económicas importantes para o desenvolvimento rural (Oliveira, Pinto Correia, 2006; Gulinck, 2004) mas, ao mesmo tempo, coloca questões que se prendem com a aprendizagem de novos conceitos e formas de gestão, em relação aos quais é necessário um investimento significativo, tanto em termos técnicos e científicos como em termos operacionais, por parte dos actores que as põem em prática no terreno, de onde se destacam os agricultores.

Por outro lado, para além das mudanças que se verificam no quadro funcional da agricultura, também a relação que ao longo de décadas se estabeleceu entre as comunidades rurais e a restante sociedade, baseada na agricultura como meio de produzir bens alimentares e fibras, tem sido profundamente alterada pelo processo de globalização. O conceito de multifuncionalidade surge assim nos anos 80 como uma forma de assegurar a transição entre o paradigma da agricultura moderna e pós-moderna (Van Huylenbroeck et al., 2007), ainda que apenas no final da década de 90 tal tenha sido assumido pela OCDE no contexto do debate sobre a liberalização do comércio de produtos agrícolas (Lima Santos, 2003), passando desde aí a ser comumente utilizado como argumento para continuar com os apoios e protecções ao sector agrícola.

No entanto, consoante a abordagem disciplinar, o conceito de multifuncionalidade assume contornos diferentes, sendo possível organizá-los em dois grandes grupos numa tentativa de simplificação: um focado na oferta e outro focado na procura (Van

Huylenbroeck et al., 2007). No primeiro caso considera-se a multifuncionalidade como a combinação de diversos *outputs* de uma actividade ou da combinação de actividades, entre as quais existe normalmente uma relação, e que podem ser de natureza pública ou privada, principais ou secundários e podendo ser intencionalmente produzidos ou não (e.g. a paisagem como resultado da combinação de diversos *outputs*, na maior parte dos casos, não é intencionalmente “produzida”). Trata-se de uma abordagem eminentemente económica, muito relacionada com as práticas agrícolas, e com os sistemas agrícolas. No segundo caso (focagem na procura), podemos entender a multifuncionalidade como aquilo que a sociedade espera da agricultura e do mundo rural como espaço de consumo e, nesse sentido, as funções da agricultura são definidas como a actual ou potencial capacidade para providenciar bens materiais ou imateriais, tal como serviços que possam satisfazer as necessidades sociais através da actividade do sector agrícola, dos processos de produção agrícola e da dimensão espacial da agricultura (Van Huylenbroeck et al., 2007).

Não obstante, quando constatamos que em grande parte das áreas rurais se tem assistido a rápidas e significativas mudanças, verificamos que o conceito de multifuncionalidade ainda que continue a ser válido, exige uma maior abrangência que extravasa o âmbito das actividades produtivas e dos sistemas agrícolas. Tais mudanças podem relacionar-se com processos tão distintos como a expansão urbana, o abandono da actividade agrícola, a conversão de áreas agrícolas em florestais, bem como a instalação de indústria ou de equipamentos turísticos nos espaços rurais.

A análise e a compreensão destes processos têm sido frequentemente abordadas no âmbito do estudo da paisagem. Ainda que se trate de um conceito complexo que pode ser definido a partir de múltiplas perspectivas, consideremos aquele que foi adoptado no estudo de Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental (Cancela d’Abreu *et al.*, 2004), que encara a paisagem como “*um sistema dinâmico, onde os diferentes factores naturais e culturais interagem e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular, nomeadamente de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere uma certa unidade e à qual corresponde um determinado carácter*”. Neste contexto, a paisagem pode ser encarada em simultâneo como o contexto onde o

processo de mudança ocorre, considerando a dinâmica espacial e temporal que lhe é inerente. Pode também ser o âmbito do estudo desse mesmo processo e constituir-se como a base para o ordenamento e gestão dos recursos e actividades que a caracterizam.

Nesse sentido, o conceito de multifuncionalidade da paisagem, relativamente ao de multifuncionalidade da agricultura *sensu strictum*, parece oferecer mais possibilidades quando o objectivo é caracterizar a paisagem com vista à definição de orientações para o seu ordenamento e gestão.

Foi este o objectivo do estudo da multifuncionalidade da paisagem, desenvolvido no âmbito do “Estudo da Paisagem de Óbidos”<sup>1</sup>. Este trabalho, que implicou a identificação e caracterização da paisagem a nível local, baseou-se na definição de unidades de paisagem, tendo cada uma delas sido objecto de uma classificação por peritagem. Verificou-se que a comparação da multifuncionalidade actual com a multifuncionalidade potencial pode ser útil para a definição de orientações para o ordenamento e gestão da paisagem.

## **A PAISAGEM DE ÓBIDOS**

O concelho de Óbidos insere-se na Região Oeste onde, nos últimos anos, e à semelhança de muitas outras regiões do país, se verificaram significativas e rápidas dinâmicas territoriais com evidentes impactes sobre a paisagem. Trata-se de uma região fértil, situada a Norte da Área Metropolitana de Lisboa, delimitada a poente pela costa atlântica. Encontra-se sob influência de um clima predominantemente marítimo, com amplitudes térmicas suaves e com frequentes nevoeiros de advecção na faixa mais litoral. Com uma luminosidade coada pela elevada humidade atmosférica, a presença do mar e dos campos interliga-se, numa mancha predominantemente verde, tradicionalmente salpicada de casario branco. Os aspectos mais evidentes do carácter da paisagem são o relevo ondulado (por vezes bem vigoroso), a constante humidade oceânica e a polimorfia dos sistemas agrícolas presentes.

O uso do solo dominante corresponde à policultura, em que a vinha e os pomares têm quase sempre um significado muito especial. Na primeira metade do século XX, as

---

<sup>1</sup> Este estudo relativo ao concelho de Óbidos foi elaborado por uma equipa da Universidade de Évora por encomenda da Câmara Municipal de Óbidos.

culturas arvenses de sequeiro, e entre elas os cereais, tiveram uma forte expressão. Predomina a pequena propriedade e o povoamento é, no geral, disperso. Ainda que com um carácter predominantemente rural, a paisagem actual reflecte algum dinamismo socio-económico, tanto associado à agricultura (situações em que decorreu uma intensificação e especialização dos sistemas agrícolas), como em relação à expansão urbana, em grande parte como resultado da melhoria das acessibilidades a Lisboa. Segundo o diagnóstico estratégico preliminar do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (CCDR-LVT, 2007) a expansão urbana desenvolve-se aqui de forma difusa e num processo de endogeneidade em termos regionais, nomeadamente através da procura de segundas residências. Verifica-se, contudo, pelo menos no concelho de Óbidos, que nos últimos anos também com origem no centro e norte da Europa se tem investido na construção de segundas residências. O crescimento populacional, de 9,8% entre 1991 e 2001, confirma esta dinâmica (o crescimento em Portugal foi de 5%). Mais recentemente tem-se também assistido a um desenvolvimento do sector turístico, como resultado, em parte, das melhores acessibilidades mas, também, pelo facto de se valorizar a presença de um património natural e cultural considerável.

A amenidade climática é muito adequada a um conjunto de actividades de ar livre, nomeadamente o golfe, actualmente em visível expansão. De acordo com o Plano Estratégico Nacional de Turismo (ITP, 2006) a região Oeste é considerada uma área prioritária para o investimento e desenvolvimento desta actividade. Em termos de organização territorial esta região é definida como apresentando uma considerável diversidade paisagística e patrimonial mas não é acompanhada por processos de articulação na diferenciação das funções e do uso do solo, de onde resultam, por vezes, falhas significativas em termos de ordenamento do território. Contudo, no geral, persistem ainda valores que conferem uma certa identidade à região Oeste, por apresentarem um relevante conjunto de testemunhos associados ao seu património paisagístico e cultural. Por outro lado, a persistência e a intensidade das actividades agrícolas, faz com que esta região seja relativamente pobre em termos de biodiversidade, ficando os valores naturais existentes, sobretudo em termos de fauna, quase limitados à faixa costeira.

Assim, a principal fragilidade da região Oeste resulta da desqualificação das áreas

urbanas recentes e do desordenamento do território, ameaça que persiste e tende a agravar-se ao manterem-se as actuais tendências de transformação. Para além disso, a região apresenta uma fraca qualificação dos recursos humanos, baixa taxa de escolaridade e escassez de quadros técnicos, o que pode comprometer o quadro de desenvolvimento que se esboça, ou então este terá que ser feito à custa de recursos humanos exteriores.

As actuais características do Oeste fazem com que possa ser considerada uma região de encruzilhada entre o rural e o urbano, sendo o concelho de Óbidos um dos exemplos que reflecte bem esta situação.

Entendeu-se o estudo da paisagem desenvolvido para o concelho de Óbidos não só como um registo datado mas, principalmente, como uma das abordagens úteis para compreender e orientar o processo de transformação em curso. Assim, a identificação e caracterização de unidades de paisagem permitiu evidenciar os contrastes que se verificam entre áreas onde persiste um carácter rural, outras onde se assiste à expansão edificada e ainda outras onde o turismo e os equipamentos que o complementam são assumidos actualmente como uma prioridade. Por vezes estas características sobrepõem-se numa mesma paisagem, tornando-a ainda mais complexa, comparativamente a outras em que o domínio de um dos aspectos referidos é mais evidente (Fig. 1 Unidades de Paisagem do Concelho de Óbidos)

No primeiro caso (mantém-se o carácter rural), a agricultura e/ou a floresta são as actividades dominantes, as construções enquadram-se numa tipologia predominantemente tradicional, onde o modo de vida dos seus habitantes corresponde a parâmetros socio-económico característicos do espaço rural em Portugal. No que respeita à dinâmica destas paisagens rurais, assiste-se tanto a uma intensificação dos usos (nomeadamente através da expansão de novas áreas de regadio, intensificação de pomares e hortícolas), como ao abandono da agricultura, por vezes dando lugar a sistemas florestais.

No segundo caso, a expansão urbana e a edificação disseminada que se verifica são o resultado de distintos (e por vezes contraditórios) fenómenos como o da concentração da população antes dispersa na paisagem rural para áreas mais circunscritas, como é o caso de Gaeiras e da envolvente de Óbidos ou das principais sedes de freguesia. Por

outro lado, a construção de unidades de comércio e de indústria, bem como de segundas habitações, tem contribuído para uma dispersão edificada indiscriminada em boa parte do território concelhio.

No terceiro caso, a parte do concelho em que a proximidade da costa e da Lagoa de Óbidos se conjugam, e em que é maior a dimensão da propriedade rural, reúne condições atraentes para o turismo, o que tem resultado num aumento muito significativo do número e da área ocupada por empreendimentos turísticos, orientados fundamentalmente para o golfe e para o imobiliário.

## **METODOLOGIA PARA O ESTUDO DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM DO CONCELHO DE ÓBIDOS**

O estudo da multifuncionalidade da paisagem de Óbidos constituiu uma das componentes do diagnóstico que foi efectuado com base nas unidades de paisagem identificadas neste concelho. As “unidades de paisagem” foram entendidas como um meio de integração e sistematização do conjunto muito diverso de componentes deste sistema complexo.

Esta metodologia, partindo da recolha e preparação da informação relativa às várias componentes da paisagem, incluiu ainda reconhecimentos de campo e a aplicação de entrevistas a um conjunto de entidades e individualidades locais.

No estudo do concelho de Óbidos, foi utilizada para integrar a informação recolhida a escala - base de trabalho 1:25 000, de que resultou a identificação de 11 Unidades de Paisagem (Fig. 1), cada uma definida através do seu carácter, resultante da integração das componentes naturais (quadro geológico, relevo, hidrografia e presença de planos de água, solo, biodiversidade) e componentes culturais (contexto histórico, povoamento, cadastro da propriedade rústica, uso do solo). Todas estas componentes contribuem em termos individuais e integradas no sistema paisagem para um diagnóstico prospectivo, baseado ainda na selecção dos elementos identitários da paisagem, no estudo da multifuncionalidade da paisagem actual e potencial, nos resultados das entrevistas, nos reconhecimentos de campo, nos Planos e Regulamentos em vigor, de que resultou a definição de tendências e de orientações para o ordenamento e gestão.

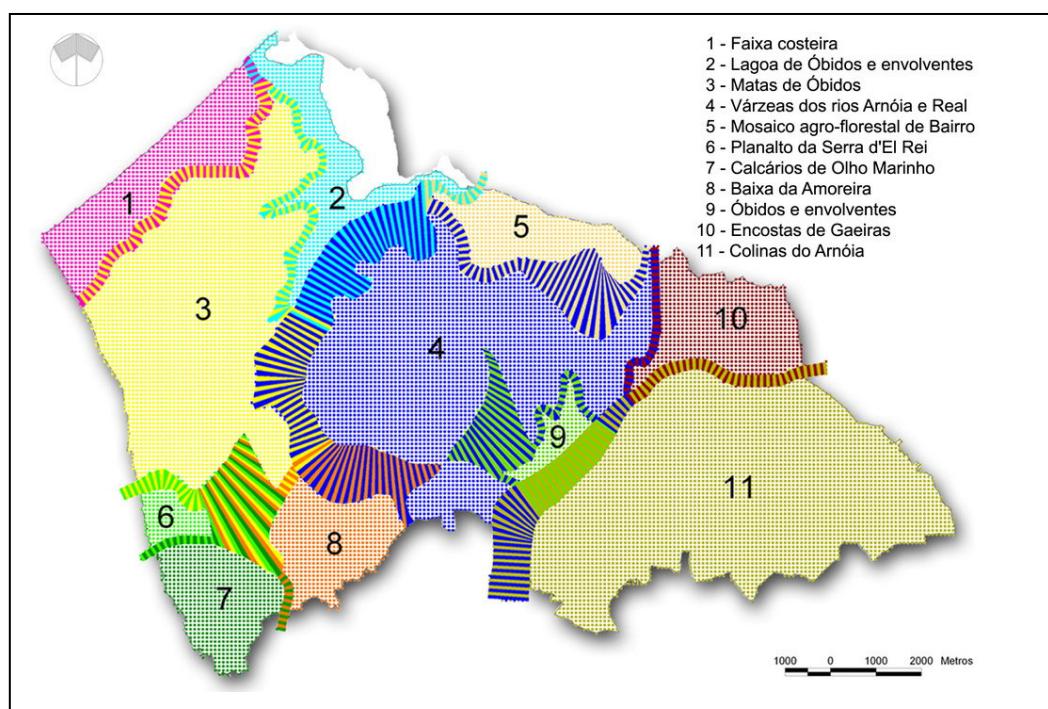


Fig. 1 – Unidades de Paisagem e respectivas áreas de transição (a tracejado) do concelho de Óbidos

O conceito de multifuncionalidade da paisagem surge então como um paradigma em relação às novas funções que o espaço rural deve considerar num contexto em que a agricultura como função produtiva tende a reduzir a sua importância, enquanto outras funções, baseadas ou não na agricultura, emergem como possíveis orientações para a gestão da paisagem. A análise da multifuncionalidade da paisagem de Óbidos baseou-se na identificação de 5 funções principais e de 16 sub-funções que se entendeu como mais adequadas à realidade local (Quadro 1).



<b>Função /Sub-função</b>	<b>Descrição resumida da função ou sub-função</b>
<b>REGULAÇÃO</b>	<b>Manutenção dos processos ecológicos essenciais e dos sistemas de suporte à vida</b>
Regulação climática	Manutenção e modificação dos climas locais no sentido de favorecer os processos naturais mais adequados às actividades humanas (nomeadamente a protecção contra a acção do vento, redução da radiação recebida nas superfícies com melhor exposição solar, aumento da humidade relativa do ar, eficiente drenagem do ar frio).
Regulação hídrica	Assegurar que os recursos hídricos superficiais e/ou subterrâneos estejam disponíveis em quantidade e com qualidade suficiente para o consumo humano, para irrigação, uso industrial ou turístico. Prevenção de inundações, controlo do escoamento superficial e dos caudais das linhas de água, filtragem, retenção e armazenamento de água.
Conservação do solo	Redução dos processos erosivos (e assoreamento a eles associado), protecção e valorização das propriedades físicas, químicas e biológicas responsáveis pela fertilidade do solo e pela manutenção de ecossistemas produtivos.
<b>HABITAT</b>	<b>Assegurar espaços adequados para a ocorrência / permanência de espécies animais e vegetais autóctones.</b>
Refúgio e alimentação	Espaços aptos para assegurar a vida das espécies da fauna autóctone.
Reprodução	Espaços aptos para a reprodução das espécies da fauna autóctone.
Vegetação autóctone	Espaços com características necessárias ao bom desenvolvimento de espécies vegetais autóctones.
<b>PRODUÇÃO</b>	<b>Assegurar a produção de alimentos, fibras e o aproveitamento de outros recursos naturais.</b>
Agrícola	Produção de alimentos (vegetais e animais).
Florestal	Produção de fibras e de outras substâncias em sistemas florestais ou silvopastoris (nomeadamente madeiras, materiais energéticos, forragens, frutos, mel e cascas).
Extracção de inertes	Exploração de minerais (nomeadamente materiais de construção e minerais metálicos).
<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>Proporcionar oportunidades de desenvolvimento cognitivo.</b>
Recreio	Paisagens e sítios com aptidão para uso recreativo, incluindo as que apresentam características de especial interesse estético.
Cultura	Paisagens e sítios com valor cultural (nomeadamente artístico, histórico, simbólico e religioso).
Ciência e Educação	Paisagens e sítios com interesse científico e educativo.
<b>SUPORTE</b>	<b>Proporcionar um substrato ou meio apto para as actividades e infra-estruturas humanas.</b>
Habitação	Condições favoráveis para aglomerados urbanos ou habitações isoladas.
Acessibilidades	Densidade e diversidade de acessos para diversos meios de transporte e de deslocação.
Instalações industriais	Condições adequadas em termos da sua localização, incluindo impactes ambientais resultantes.
Equipamentos turísticos	Condições adequadas em termos da sua localização, incluindo impactes ambientais resultantes.

Quadro 1 – Funções e sub-funções consideradas no estudo da multifuncionalidade da paisagem do concelho de Óbidos (com base em Groot, 2006)

Depois de obtido um razoável conhecimento da paisagem e dos seus componentes (através de fontes bibliográficas e cartográficas, do trabalho de campo e de aplicação de entrevistas), foi efectuada, por peritagem, uma análise comparativa das funções relativamente a cada unidade de paisagem. Para tal utilizou-se uma escala de valores variando entre (-2) e (+2), valores esses que pretendem apenas exprimir uma comparação entre as diferentes funções em cada unidade de paisagem e entre uma síntese da multifuncionalidade nas várias unidades de paisagem, e não a atribuição de valores absolutos numa perspectiva quantitativa. Para o diagnóstico de cada uma das unidades de paisagem foi depois elaborado um gráfico que pretende representar a sua multifuncionalidade (Fig. 3).

- Os valores atribuídos são negativos quando se considera que a função é deficientemente desempenhada na unidade de paisagem, ou seja, quando ocorre uma disfuncionalidade.
- No caso da atribuição de valores positivos, o (+1) significa que a função é desempenhada na unidade de paisagem, embora existam outras funções mais relevantes, enquanto que o valor (+2) indica que a função é muito claramente desempenhada na unidade de paisagem. O valor (0) significa que a função não é claramente desempenhada na unidade de paisagem.

A análise da multifuncionalidade da paisagem foi feita de acordo com duas perspectivas (Figura 3):

- a actual, ou seja, relativamente às funções que são desempenhadas presentemente na paisagem;
- a potencial, com base nas condições que a paisagem apresenta em termos de recursos e oportunidades para que o desempenho das várias funções possa ser melhorado, exigindo medidas de gestão em conformidade.

Da comparação entre a multifuncionalidade actual e a potencial, foi então possível identificar quais as unidades e quais as funções que carecem de medidas de gestão capazes de dar resposta a um melhor desempenho do concelho em termos de multifuncionalidade. As células que se encontram assinaladas a cinzento claro na Fig. 2 indicam as situações em que se considera possível um acréscimo do valor atribuído à

função. As células assinaladas a cinzento escuro significam que o desempenho da função no futuro deverá ser diminuído por forma a evitar impactos negativos, enquanto as células assinaladas com asterisco indicam que é possível melhorar o desempenho da função, embora tal exija um esforço de gestão acrescido por contrariar uma tendência actualmente instalada.

ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM (ACTUAL)																		
Função Principal	Função Regulação			Função Habitat			Função Produção			Função Informação			Função Suporte			Total	Em % do máximo possível (32) (Actual)	
Sub-Função	Regulação climática	Regulação hídrica	Conservação do solo	Refúgio e alimentação	Reprodução	Vegetação autóctone	Agrícola e outros	Forestal	Extracção de Inertes	Recreio	Cultura	Ciência e Educação	Habituação	Acessibilidades	Instalações Industriais			Equipamentos Turísticos
Unidade 1	1	-1	1	1	1	1	1	1	0	2	0	1	0	1	0	2	12	38
Unidade 2	1	2	0	2	2	1	0	1	0	2	1	2	0	0	0	1	15	47
Unidade 3	1	2	1	0	0	0	1	2	2	0	0	0	0	0	0	1	10	31
Unidade 4	1	-1	1	1	0	0	2	0	1	0	1	1	1	1	0	0	9	28
Unidade 5	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	9	28
Unidade 6	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	8	25
Unidade 7	0	2	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	8	25
Unidade 8	0	-2	1	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	3	9
Unidade 9	0	-1	-1	0	0	0	1	0	0	1	2	1	2	1	2	1	10	31
Unidade 10	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	2	2	1	0	9	28
Unidade 11	1	1	-2	1	1	1	2	1	0	0	1	0	1	1	1	0	10	31
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>8</b>		
<b>Em % do máximo possível (22)</b>	<b>23</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>18</b>	<b>55</b>	<b>41</b>	<b>18</b>	<b>27</b>	<b>36</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>45</b>	<b>14</b>	<b>27</b>		

(-) 2 - Verifica-se forte disfunção na unidade de paisagem  
(-) 1 - Verifica-se disfunção na unidade de paisagem  
0 - A função não é claramente desempenhada na unidade de paisagem  
1 - A função é desempenhada pela unidade de paisagem embora existam outras funções mais relevantes  
2 - A função é claramente desempenhada na unidade de paisagem

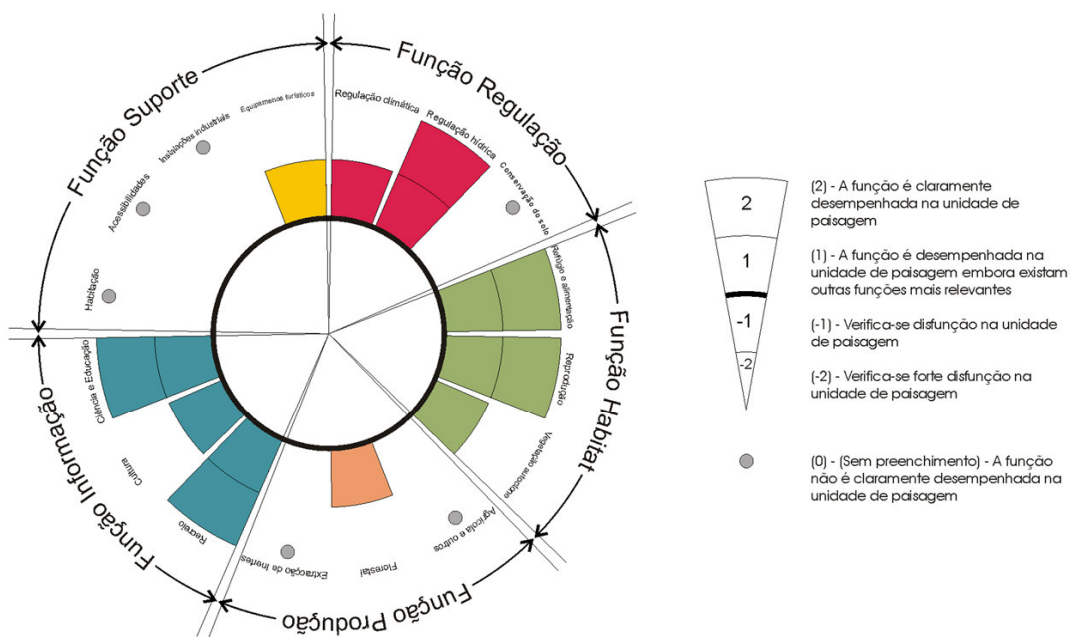
ANÁLISE DA MULTIFUNCIONALIDADE DA PAISAGEM (POTENCIAL)																			
Função Principal	Função Regulação			Função Habitat			Função Produção			Função Informação			Função Suporte			Total	Em % do máximo de (32) (Potencial)	Variação % (Potencial-Actual)	
Sub-Função	Regulação climática	Regulação hídrica	Conservação do solo	Refúgio e alimentação	Reprodução	Vegetação autóctone	Produtos Agrícolas e outros	Forestal	Extracção de Inertes	Recreio	Cultura	Ciência e Educação	Habituação	Acessibilidades	Instalações Industriais				Equipamentos Turísticos
Unidade 1	2	1	1	2	2	2	1	1	0	2	1	1	0	1	0	2	19	59	-21
Unidade 2	1	2	0	2	2	2	0	1	0	2	2	2	0	1	0	2	19	59	12
Unidade 3	1	2*	1	1	1	1*	1	2	1	2	0	1	0	1	0	2	14	44	16
Unidade 4	2	1*	2	1	1	1	2	1	0*	1	1	1	1	1	0	0	15	47	19
Unidade 5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	2	1	0	0	12	38	10
Unidade 6	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	0	10	31	6
Unidade 7	1	2	1	2	2	2	0	1	0	1	1	1	1	0	0	0	15	47	22
Unidade 8	1	1*	1	1	1	1	2	0	0	0	1	0	0	1	0	0	9	28	19
Unidade 9	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	2	2	2	2	1	2	15	47	16
Unidade 10	1	0	0	1	1	1	1	0	0	1	1	0	2	2	2	0	13	41	13
Unidade 11	1	2	1	2	2	2	2	2	0	1	1	1	1	1	1	1	21	66	35
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>10</b>	<b>2</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>12</b>	<b>4</b>	<b>9</b>			
<b>Em % do máximo de 22</b>	<b>59</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>64</b>	<b>64</b>	<b>59</b>	<b>55</b>	<b>45</b>	<b>9</b>	<b>55</b>	<b>50</b>	<b>41</b>	<b>41</b>	<b>55</b>	<b>18</b>	<b>41</b>			
<b>Variação % (Potencial-Actual)</b>	<b>36</b>	<b>23</b>	<b>23</b>	<b>28</b>	<b>32</b>	<b>41</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>-5</b>	<b>28</b>	<b>14</b>	<b>14</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>14</b>			

0 - A função não será desempenhada na unidade de paisagem  
1 - A função terá algum significado na unidade de paisagem  
2 - A função será claramente desempenhada na unidade paisagem  
\* Nota - Contrariando a tendência instalada

■ A função potencial é maior que a actual  
■ A função potencial é menor que a actual  
■ Valores máximos de variação  
■ Valores mínimos de variação

Fig. 2 – Análise funcional da paisagem definida por peritagem

### Multifuncionalidade actual



### Multifuncionalidade potencial

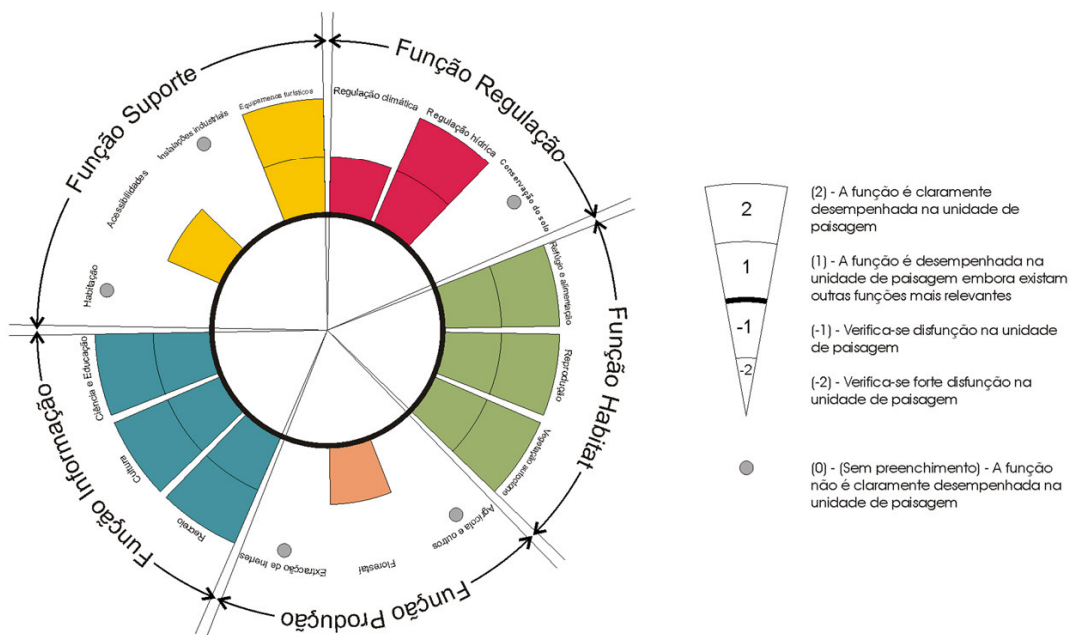


Fig. 3 – Representação esquemática da multifuncionalidade actual e potencial da paisagem (UP2 – Lagoa de Óbidos)

## **CONCLUSÃO**

Esta abordagem revelou-se útil não só para a definição de orientações para o ordenamento e gestão de cada unidade de paisagem, como também para o seu conjunto no concelho de Óbidos.

Do conjunto das 11 unidades de paisagem (UP) identificadas, aquela em que a multifuncionalidade parece ter mais significado é a UP2 – Lagoa de Óbidos, seguida da UP1 – Faixa Costeira. Pelo contrário a unidade mais monofuncional é, de acordo com esta análise, a UP 8 – Baixa da Amoreira, com uma forte preponderância da função produtiva.

Do conjunto das funções, é a “Produção Agrícola” que tem uma maior representação, seguida do “Suporte de Acessibilidades”.

Quando se compara a multifuncionalidade actual com a potencial, verifica-se que existem unidades de paisagem com uma maior variação, o que significa que as potencialidades existentes para a multifuncionalidade são muito superiores às funções que neste momento são desempenhadas, como é o caso da UP11 – Colinas do Arnóia.

Quando se compara o valor total da multifuncionalidade actual e da potencial relativa à globalidade do concelho de Óbidos, é notório que as funções ambientais, nomeadamente as de “Regulação” e as de “Habitat” necessitam ser valorizadas em termos de gestão da paisagem, num sentido de um melhor desempenho. Uma melhor utilização da vegetação autóctone em determinadas situações revela-se como sendo uma medida que influenciará positivamente outras funções. Em relação às funções de “Produção”, a situação actual e a potencial encontram-se muito próximas, justificando-se manter aproximadamente a mesma área afectada a estas funções, apenas com uma melhor distribuição espacial no sentido de uma maior coerência de usos. Na função “Informação” é necessário também um esforço significativo para poder tirar partido das condições existentes, sobretudo no aproveitamento das potencialidades recreativas, o que se relaciona também com uma intervenção positiva no âmbito da “Ciência e da Educação” e do “Interesse Cultural”. Algumas das funções de “Suporte” podem também ser desempenhadas de forma mais significativa, nomeadamente a “Habitação”, as

“Acessibilidades” e os “Equipamentos Turísticos”, sendo fundamental ter preocupações explícitas de qualidade e de uma boa integração na paisagem, no sentido da sua qualificação.

De acordo com os resultados deste estudo verificamos que o conceito de multifuncionalidade da paisagem, comparativamente com o de multifuncionalidade da agricultura, proporciona uma abordagem mais abrangente e integrada das diversas funções de um território, quando se tem como objectivo o seu ordenamento e gestão.

De realçar ainda em termos conclusivos que esta foi uma metodologia baseada essencialmente num processo de atribuição de valor a cada uma das funções desempenhadas em cada uma das unidades de paisagem, por peritagem, de onde derivaram orientações para o ordenamento e gestão da paisagem. Considera-se importante um maior aprofundamento desta metodologia se o objectivo for a definição de medidas de gestão da paisagem suficientemente detalhadas e explícitas para poderem integrar o regulamento de um instrumento de ordenamento do território e para serem operativas. Para isso pensa-se ser adequado aprofundar algumas metodologias participativas que possam tomar em consideração os valores atribuídos por outros actores e decisores locais a cada uma das funções consideradas, esperando-se assim conseguir uma visão mais integrada e sustentável para a multifuncionalidade futura da paisagem.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRANDT, J., VEJRE, H., 2004. *Multifunctional landscapes – motives, concepts and perspectives*. In Brandt, J. and Vejre, H. (eds.), 2004, *Multifunctional Landscapes. Theory, Values and History*, Vol. 1. WitPress.

CCDR- LVT, 2007, *Plano Regional de Ordenamento do Território para a Região do Oeste e Vale do Tejo* (Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2006)

DE GROOT, R., 2006. *Function-analysis and valuation as a tool to assess land use conflicts in planning for sustainable, multi-functional landscapes*, *Landscape and Urban Planning* 75 (2006), pp 175-186.

GULINCK, H., 2004. *Neo-rurality and multifunctional landscape*. In Brandt, J. & Vejre, H. (eds.), 2004, *Multifunctional Landscapes. Theory, Values and History*, Vol. 1. WitPress.

ITP, 2006. *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT)*

LIMA SANTOS, J., 2003. *A Multifuncionalidade em Agricultura*. Investigação Económico-Agrícola, Colectânea E15, Agricultura sustentável, Ciclo de Seminários, Instituto Nacional de Investigação Agrária, Estação Agronómica Nacional.

OLIVEIRA, R., PINTO CORREIA, T., 2006. *Developing inductive approaches towards landscaping action: reflections based in a case study area in Southern Portugal*. (eds. Bunce, R.G.H. and Jongman, R.H.G..) Proceedings IALE Europe Faro 2005.

VAN HUYLENBROECK, G., VANDERMEULEN, V., METTEPENNINGEN, E., VERSPECHT, A, 2007. *Multifunctionality of Agriculture: A Review of Definitions, Evidence and Instruments*. Living Reviews in Landscape Research, 1 (2007) 3. pp 43.